



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GIOVANNA PISSOLATO MOREIRA

COZINHA SOLIDÁRIA:

**As ações do MTST no combate à fome na cidade de São Paulo durante a
Pandemia do COVID-19 (2021 – 2022)**



GIOVANNA PISSOLATO MOREIRA

COZINHA SOLIDÁRIA:

**As ações do MTST no combate à fome na cidade de São Paulo durante a
Pandemia do COVID-19 (2021 – 2022)**

Trabalho de Graduação Individual II produzido
para no Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

Orientador: Profº Drº Fábio Betioli Contel

SÃO PAULO

2022

AGRADECIMENTOS

Indiscutivelmente meus primeiros agradecimentos são dedicados à minha família, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim e nos meus sonhos, quando eu achava não ser possível a universidade vocês me incentivaram a não desistir, e se hoje estou aqui é graças a vocês. Por isso sou muito grata a minha mãe Nelci, meu pai Álvaro, e à minha irmã Monica.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a minha irmã Melina, por todos esses anos de companheirismo, luta, amizade e cumplicidade. Que nunca saiu do meu lado em momento nenhum, sempre me ajudou em tudo, me apoiando, me colocando para cima e até quando eu dizia que não ia conseguir me ajudava para conseguirmos juntas. Você é minha maior inspiração e espero um dia retribuir tudo o que fez e faz por mim.

Não posso deixar de lembrar também de todos meus companheiros e companheiras que cruzaram minha trajetória na Universidade, que me apoiaram, me ajudaram e me ensinaram que a faculdade não é só um ambiente de estudos, é um ambiente de troca e de relações.

Agradeço ao Renan Messias e ao Marcus Gomes, que ao longo de toda a minha graduação foram meus principais companheiros, me ajudando, me criticando, quando necessário, e me incentivando. Ao Thiago Nogueira, por todo o apoio nesses anos e principalmente por nessa reta final do trabalho não me deixar desanimar, por me ajudar e acreditar no meu trabalho, você me ensinou muito nessa caminhada.

Agradeço ao Caio, meu amor, meu companheiro, meu suporte e meu maior incentivador. Seu apoio em todos os momentos, sua ajuda mesmo sem nenhum conhecimento em Geografia, e sua companhia foram muito importantes para eu chegar aqui.

Toda minha gratidão ao meu orientador Fábio Contel, pela paciência e por acreditar e confiar no meu trabalho, e aos tantos outros professores e professoras que se dedicaram a me transmitir um pouquinho de seus vastos conhecimentos.

Sou imensamente grata a todos que contribuíram durante minha graduação e para a conclusão desse trabalho, que é fruto de experiências coletivas, trocas e muita dedicação. São experiências como essa que ainda me fazem acreditar que são possíveis transformações positivas na sociedade.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre o avanço da fome na cidade de São Paulo durante a pandemia do Covid-19, com foco no projeto Cozinha Solidária, idealizado pelo MTST. A discussão está pautada na história dos movimentos sociais, principalmente do MTST, e nos conceitos da fome discutidos por Josué de Castro. O avanço da fome a partir de 2018 e principalmente durante a pandemia do Covid-19 culminaram em mais de 33 milhões de famintos no país, se fazendo necessária uma assistência do MTST à essa população, através do projeto Cozinha Solidária.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais; MTST; fome; Cozinhas Solidárias.

ABSTRACT

This research presents a discussion about the advance of hunger in the city of São Paulo, during the Covid-19 pandemic, focusing on the Cozinha Solidária project, conceived by the MTST. The discussion is based on the history of social movements, especially the MTST, and on the concepts of hunger discussed by Josué de Castro. The advance of hunger from 2018 and especially during the Covid-19 pandemic culminated in more than 33 million hungry people in the country, making MTST's assistance to this population necessary, through the Solidarity Kitchen project.

Keywords: Social Movements; MTST; hunger; Solidarity Kitchens.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFINIÇÕES GERAIS	8
CAPÍTULO 2. O MTST: SUA ORIGEM E FORMAÇÃO	17
CAPÍTULO 3. A ASCENSÃO RECENTE DA FOME NO BRASIL E AS AÇÕES DO MTST.....	26
CAPÍTULO 4. O MTST E AS COZINHAS SOLIDÁRIAS.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1: MST e MTST (Fonte:Facebook MST / MTST. Acesso em: 30.06.2022).....	17
Figura 2: Marcha Nacional do MST - Chegada à Brasília. 1997 (Fonte: MST – Nossa História. Acesso em: 30.06.2022).....	20
Figura 3: Insegurança Alimentar no Brasil (IBGE 2021)	27
Figura 4: O Tamanho da Fome no Brasil (Fiocruz, 2021)	31
Figura 5: Apoie Cozinha Solidária (MTST, 2021).....	44

ÍNDICE DE MAPA

Mapa 1: Ocupações de terras urbanas pelo MTST na Região Metropolitana de São Paulo.	22
Mapa 2. Custo médio da cesta básica de alimento no Brasil (DIEESE 2022)	36
Mapa 4: População preta e parda na cidade de São Paulo (RNSP 2021)	39
Mapa 5: Oferta de emprego formal na cidade de São Paulo (Vitor Vaneti, 2021).....	40
Mapa 6: Favelas na cidade de São Paulo (RNSP 2021)	40
Mapa 7: Cozinhas Solidárias do MTST na cidade de São Paulo	42

INTRODUÇÃO

A pandemia do Covid-19 foi uma surpresa para todos e as consequências para a população, principalmente as menos favorecidas economicamente, foram devastadoras, não apenas em perdas de vidas, mas também na qualidade de vida dessas pessoas e no acesso a serviços essenciais. Ações governamentais se mostraram muito necessárias nesse momento para oferecer o devido apoio às classes necessitadas, no entanto, com o número limitado de famílias a terem acesso a esses auxílios, ações sociais demonstraram sua importância para corroborar no acesso à serviços considerados essenciais.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) se mostrou extremamente importante nesse momento, principalmente por suas ações efetivas nas periferias, onde as consequências da pandemia foram mais impactantes, levando informação e alimentos essenciais para essa população. O Movimento abriu 31 Cozinhas Solidárias espalhadas em 13 estados brasileiros, a fim de tentar minimizar os efeitos da fome, num cenário onde, atualmente, 33 milhões de brasileiros vivem em estado de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022)¹

O projeto está em funcionamento desde março de 2021, quando inaugurou sua primeira cozinha na Brasilândia, zona norte da cidade de São Paulo, e hoje somam-se 5 unidades das Cozinhas na cidade, espalhadas na periferia da cidade e uma na área da Sé, no centro.

Nosso trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo deste estudo é apresentado as definições de movimentos sociais, movimentos socioespaciais e socioterritoriais, além de uma breve contextualização sobre como surgiram os primeiros movimentos sociais. O segundo capítulo aborda o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para atender aos trabalhadores urbanos espoliados. No terceiro capítulo é analisado o avanço da fome no Brasil, que se iniciou antes da pandemia do Covid-19, mas foi extremamente intensificado por ela. E por fim, no quarto e último capítulo, é abordado sobre o Projeto Cozinha Solidária, idealizado pelo MTST para

¹ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> (Acesso em: 19.06.2022)

tentar frear o avanço da fome na cidade de São Paulo, e qual a sua distribuição espacial para atender os sujeitos marginalizados.

Em relação à metodologia, foram utilizados dois instrumentos principais: a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. A metodologia de pesquisa essencial para toda investigação acadêmica se dá principalmente através da revisão bibliográfica, que nesse trabalho abordou um histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), além de um panorama geral sobre o problema da fome e insegurança alimentar que voltou a assombrar o país durante a pandemia do COVID-19. Além disso, essa pesquisa se sustentou também na análise documental, se baseando na Cartilha de Princípios do MTST (2013), e principalmente na documentação de fontes de comunicação em massa (GIL, 2010), como reportagens e publicações em redes sociais e sites de divulgações dos trabalhos realizados pelo movimento social. Como o principal foco de análise dessa pesquisa é o projeto “Cozinha Solidária” na cidade de São Paulo, as informações aqui coletadas foram extraídas do site do MTST, e do projeto, além da rede social Instagram do movimento em São Paulo, e as informações divulgadas no Instagram do Cozinha Solidária, além disso foram consultadas fontes jornalísticas e mapas.

CAPÍTULO 1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFINIÇÕES GERAIS

Quando se menciona movimentos sociais, relaciona-se isso à luta contra alguma injustiça na sociedade. Segundo Tilly (2010, p. 135):

“Na virada para o século XXI, no mundo todo, o termo “movimento social” foi reconhecido como um toque de clarim, como um contrapeso ao poder opressivo, como uma convocação à ação popular contra um amplo espectro de flagelos”.

Analisando alguns autores, se nota uma ampla discussão sobre as características e causas dos movimentos sociais.

Para Tilly (2010), movimentos sociais referem-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e com histórico de interações e práticas, numa combinação característica de campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; repertório, que pode se entender por um conjunto de iniciativas reivindicativas, como associações com certa finalidade, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; e o que chama de representações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) referentes à causa.

Costuma-se haver certa confusão por parte de analistas, além de um inchamento do termo “movimento social” ao se definir se tal ação se caracteriza ou não como um movimento social.

Algumas confusões comuns se dão quando qualquer ação isolada é chamada de movimento, particularmente numa semiótica de quem, ao analisar a ação, aprova aquilo e acaba incorporando uma ação isolada a um movimento mais amplo. Outra confusão comum é confundir órgãos e colaboradores do movimento como se fossem o próprio movimento, não levando em consideração se são ou não parte integrante dele. Numa linha semelhante, há outra confusão quando se desconsideram partes do movimento e unificam em um ator único, desconsiderando sua estrutura interna e movimentações no sentido de direcionamento, ou seja, os vários atores e grupos que o compõem e suas discussões e possíveis divergências (TILLY, 2010).

Tilly (2010) acredita ser necessário discorrer sobre alguns argumentos adicionais para estudarmos um movimento social, sendo eles campanhas interativas,

ou seja, além de seus atores internos, deve-se dar atenção a interação deles com atores externos como, por exemplo, polícia, grupos políticos, entre outros. Portanto, não se pode desconsiderar como os movimentos se situam na atual conjuntura política e democrática de um país e como eles navegam seu contexto.

A proeminência das reivindicações varia entre os integrantes e fases do movimento. Os programas, identidade e posição podem ter variações de ênfase. Como citado anteriormente, a conjuntura na qual um movimento se situa sofre variações, portanto, faz sentido isso influenciar nas negociações internas da centralidade das pautas dos movimentos.

Ainda segundo Tilly (2010), quanto maior o empoderamento de um cidadão numa sociedade, e sua interação com a política – por meio de participação nas eleições, consultas, entre outras ações – mais é possibilitada a proteção das liberdades civis e o surgimento de “concentrados” de demandas em formas de movimento social.

Os movimentos sociais também são importantes pois afirmam a soberania popular. Embora, costumeiramente, os movimentos sociais discordem entre si de quem pode ser considerado “o povo” – e certos movimentos escolhem líderes por carisma, não necessariamente democraticamente –, o foco do movimento sempre está no consentimento popular, diametralmente oposta a lógica de reis, burguesia, militarismo, entre outros (TILLY, 2010).

Os movimentos sociais dependem fortemente de empreendedores políticos para sua escala, durabilidade e efetividade. Para que os movimentos perdurem, é necessária certa organização e capacidade de interação com outras esferas da sociedade.

Quando os movimentos estão estabelecidos em certo cenário político, seu formato pode ser adotado em cenários conexos, pondera Tilly (2010); ou seja, da mesma forma que o foco das reivindicações pode mudar, como discutido anteriormente, as estratégias de navegação do movimento também se moldam de acordo com o cenário e se transferem entre regimes. Outros cenários políticos semelhantes podem introduzir atividade dos movimentos sociais por colaboração entre eles.

Para uma expansão do entendimento, podemos analisar como se dão as formações dos movimentos sociais e suas interações. Para contextualizar, é necessário o conceito de sociedade civil. Segundo Scherer-Warren (2006, p 110),

Nesta perspectiva teórica, a sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se assim dos dois primeiros setores (Estado e mercado) acima que estão orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia. (...) Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Incluída na sociedade civil, está o chamado “terceiro setor”, termo que pode ser empregado para definir organizações sem fins lucrativos e não governamentais. Podemos enxergar em níveis a organização desse setor, divididos de acordo com Scherer-Warren (2006), em: *associativismo local, formas de articulação interorganizacionais e mobilização na esfera pública*.

Segundo Scherer-Warren (2006), como *associativismo local*, entendem-se associações e movimentos de esfera local, como alvo problemas do cotidiano voltados àquela comunidade, coletivos informais com formas de expressão e lutas relacionadas a um grupo bem particular e específico. Exemplificando: grupos de sem-teto ou sem-terra, associações de bairro, entre outros. Alguns grupos locais vêm buscando articulação interorganizacional, outro nível a ser discutido a seguir, como os movimentos de pessoas sem-teto, por exemplo.

As *formas de organização interorganizacionais*, apresentadas por Scherer-Warren (2006), podem ser conceituadas como redes de movimentos locais que buscam interação entre si, fóruns da sociedade civil, associações nacionais de ONGs, que buscam esse relacionamento como forma de ganhar força em suas reivindicações.

Para a autora, num terceiro nível, podemos definir as mobilizações na esfera pública, resultado de articulação de atores dos outros dois níveis discutidos e movimentos com maior abrangência que buscam impactos sociais mais conjunturais na sociedade. São expressões feitas através de grandes mobilizações em praças públicas, fortalecendo-se através de interações de vários outros atores e movimentos, mobilização de simpatizantes, buscando impacto através de cobertura da mídia, expressão entre os participantes, meio que tem causado maior pressão política nos últimos tempos.

Como resultado de todas essas articulações e organizações, surgem então as *redes de movimentos sociais*, que pressupõem a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

De acordo com Scherer-Warren (2006), nas sociedades existem múltiplos conceitos de pertencimento, dada a globalização existente e sua complexidade, portanto múltiplas dimensões devem ser analisadas quando estudamos as formas de organização da sociedade civil, dimensões como gênero, etnia, classe, diferenças regionais, bem como aproximações como valores e posicionamentos políticos. Levando isso em consideração, as redes de movimentos sociais acabam aproximando atores de variadas características, o que leva o sujeito identitário deixar de ser único e se tornar plural, deixando certas redes tomarem características amplas de defesa de pautas múltiplas e acabam se tornando inspiração até para criação de novos movimentos.

Concluindo, segundo Scherer-Warren (2006), as redes de movimentos sociais acabam por transpor, então, fronteiras de várias naturezas e acabam unindo pessoas em torno de diversas lutas, como base fundamental a indivisibilidade dos direitos humanos, levando em conta toda sua complexidade no contexto social temporal, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro dos limites éticos, engajando com as causas sociais dos excluídos e discriminados, com defesa da democracia na diversidade.

Nesse sentido, os movimentos sociais no Brasil começam a tomar forma a partir do golpe militar de 1964, em que várias iniciativas buscaram lutar contra a repressão do Regime Militar e a democratização do regime político e da sociedade. Um dos

movimentos mais ativos a partir desse período foi o estudantil, organizado nas principais cidades brasileiras, além do ressurgimento dos movimentos operários, que estiveram à frente de duas grandes greves no final da década de 1960 (SCHERER-WARREN, 2008).

Em decorrência desses movimentos, o regime militar brasileiro instaurou o ato institucional nº 5 no ano de 1968, o mais repressivo de todo o período, o que resultou em resistências a partir da luta armada (guerrilhas) e o trabalho clandestino de conscientização cívica para a democratização, feito principalmente pelas pastorais católicas, comunidades eclesiais de base e centros de educação popular. Há também, para o final deste período a organização de movimentos sindicalistas, que também buscavam a democratização do regime político (SCHERER-WARREN, *op. cit.*).

Na segunda metade da década de 1970 surgiram novas organizações rurais, como os movimentos dos atingidos por barragens, dos sem-terra, dos boias-frias, além dos novos movimentos sociais, que se organizaram por meio das lutas identitárias feministas, ecologistas, pacifistas, étnicas, etc. Nessa perspectiva, esses movimentos surgidos durante o período militar buscavam, além da luta em torno de suas temáticas, se opor ao autoritarismo e ao Estado (*idem*).

Com o final do regime militar na década de 1980 e a transição para o regime democrático, os movimentos sociais se pautaram na ampliação dos direitos civis a inclusão de direitos a serem incluídos na nova Constituição brasileira que estava se delineando. Com isso e com a institucionalização das organizações da sociedade civil a partir de 1988, houve um aumento considerável de ONGs e movimentos sociais em busca da regulamentação de direitos a partir da nova constituição (*idem ibidem*).

A partir da década de 1990 começaram a ser desenvolvidas novas reflexões a respeito de movimentos socioespaciais e socioterritoriais por meio de autores como Fernandes (2000), Martin (2001) e Fernandes e Martin (2004). Segundo os autores, esses conceitos surgiram no sentido de superar perspectiva sociológica de movimento social, que se preocupa prioritariamente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações do movimento, sem contribuir muito para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaço sociais e transformação de espaços em territórios (FERNANDES, 2005).

Segundo o autor, do mesmo modo como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação das suas realidades. Da mesma forma, alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. Nesse sentido, a transformação de um espaço em um território se dá através da conflitualidade, que o movimenta, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento ente as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios (FERNANDES, 2005).

As formas de organização, as relações e as ações dos movimentos se dão no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural, etc. Desta forma, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois, segundo Lefebvre (1991 *apud* FERNANDES, 2005), o território é construído a partir do espaço. Em busca de atingir seus objetivos, os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades, sendo que a maioria desses movimentos se forma a partir de processos de territorialização e desterritorialização, pois a construção de um território quase sempre significa a destruição de outro (*Idem*).

Para os movimentos socioterritoriais o território é seu trunfo e, desta forma, a razão da sua existência (RAFFESTIN, 1993 *apud* FERNANDES, 2005). Todos os movimentos se dão no espaço e produzem algum tipo de espaço, porém nem todos têm o território como trunfo. Ambos os movimentos, socioespacial e socioterritorial, são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos ou conflitos, com o objetivo de transformação da realidade (*Idem*).

Segundo Fernandes (2005) é preciso compreender os movimentos sociais a partir de suas formas de se organizarem, tomando como ponto de partida o espaço, o território e o lugar que são produtos de suas ações por meio de relações sociais, e desta forma entender os tipos de movimentos e seus processos geográficos. Há uma diferenciação entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, no sentido de que

o primeiro é constituído por organizações não governamentais (ONGs), que são primordialmente agências de mediação, enquanto o segundo tem o território como essencial para sua existência. Desta forma, movimentos camponeses, indígenas, empresas, sindicatos e estados podem se constituir em movimentos socioespaciais e socioterritoriais, pois criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e territórios.

O movimento socioterritoriais territorializados são definidos por Fernandes (2005, p. 32) como

Aqueles que atuam em diversas macrorregiões e forma uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. Os espaços produzidos por estes movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento.

Ainda segundo este autor, a construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros se dão em diferentes espaços e territórios, e, nesse sentido, tais construções e dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a sociedade. A transformação da sociedade se dá com a criação de espaços (FERNANDES, *op. cit.*). Desta forma, na cidade os movimentos socioterritoriais são predominantemente os sem-teto, como o MTST, os quais constroem seus espaços e especializam-se para conquistar território, promovendo assim territorialização da luta pela terra e moradia (*Idem*).

O MTST também pode ser considerado uma organização de solidariedade, de acordo com o conceito definido por Antas Jr (2005) e utilizado por Fioravanti e Alcântara (2016). Os autores argumentam que a dinâmica espacial dos espaços metropolitanos é regulamentada de forma híbrida através de três agentes responsáveis pela produção de condicionamentos e normas: o Estado e as corporações e, com menor poder, as organizações de solidariedade, compostas por movimentos sociais e organizações não governamentais (FIORAVANTI & ALCÂNTARA, 2016).

Nessa regulamentação do espaço há uma cooperação entre o Estado e as corporações, com o primeiro, diante de imperativos globais e mercadológicos, atua em favor dos agentes corporativos, passando a agir cada vez mais no espaço urbano, impondo lógicas estranhas aos interesses locais e instrumentalizando-o de forma a tender aos interesses do mercado financeiro, articulado pelo setor da construção civil (FIORAVANTI & ALCÂNTARA, 2016).

Essas novas formas geográficas produzidas pelos agentes do Estado e das corporações, principalmente nas metrópoles, privilegia certas classes sociais e certos lugares, resultando numa modernização seletiva e contribuindo para um desenvolvimento espacial cada vez mais desigual e injusto. Nesse sentido, os agentes do Estado buscam impor e controlar as normas técnicas e ideológicas para manutenção da ordem social e regulamentação dos conflitos, de forma que se usa do direito jurídico como instrumento de disciplina e controle social do estado capitalista (SOUSA SANTOS, 1979; FIORAVANTI & ALCÂNTARA, 2016).

No entanto, não é apenas o Estado e as corporações que promovem transformações no espaço ou elaboração de normas e regulamentações sociais e territoriais. Os autores afirmam que nas últimas décadas surgiram novos sujeitos históricos com capacidade de agir nos territórios, como as organizações de solidariedade, das quais se destacam os diferentes movimentos sociais que agem nos espaços metropolitanos, como por exemplo o MTST. Nesse sentido, os conflitos entre Estado, corporações e organizações de solidariedade são mais intensos quanto maior a desigualdade socioespacial encontrada nas metrópoles (FIORAVANTI & ALCÂNTARA, 2016).

Nos espaços periféricos das metrópoles os fenômenos sociais que ali ocorrem acabam por constituir um direito paralelo ao Estado, que passa a perder o controle exclusivo sobre a produção das normas jurídicas nos territórios, apesar de ainda manter sua soberania para regulamentar o controle dos conflitos. Nesse sentido, as associações de solidariedade acabam por criar seus próprios direitos de substituir o Estado. Como resumem os autores (FIORAVANTI & ALCÂNTARA, 2016, p. 57):

Pode-se concluir, portanto, que o Estado, ao estar ausente na instalação de infraestruturas urbanas e como agente soberano regulador, também está presente, uma vez que ao privilegiar outros espaços, permitiu que uma grande parcela de moradores de menor poder aquisitivo criasse suas próprias soluções, tanto

no que se refere à sobrevivência em condições precárias encontradas nas periferias urbanas, quanto para mediar os conflitos por meio de normas.

Outra questão importante é que a lógica da propriedade privada não é esquecida: a ocupação, ilegal para o direito estatal, transforma-se em posse e propriedades legais. A propriedade privada, a mesma que relega os moradores para espaços cada vez mais periféricos, é algo reivindicado pelos moradores, sendo que o direito à moradia se confunde com o ser proprietário. No entanto, Fioravanti & Alcântara (2016), recomendam que os moradores devem usar seus direitos de modo emancipatório, usando a norma para reivindicar seus direitos enquanto cidadãos, e não apenas como consumidores, algo que alguns movimentos sociais passaram a defender.

Por fim, para Fioravanti & Alcântara (2016) os movimentos sociais e organizações de solidariedade se constituem em uma significativa resposta às intervenções dos agentes hegemônicos no espaço, e contribuem na luta por uma sociedade mais justa.

Feitas estas considerações de caráter mais geral sobre os movimentos sociais, movimentos socioterritoriais e organizações de solidariedade, podemos nos perguntar: como surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), foco principal de nossa pesquisa? Como ele evoluiu, e quais são suas características principais? Como realizar uma interpretação geográfica da ação deste Movimento? Estas são algumas das perguntas que o capítulo 2 deste Trabalho pretende responder.

CAPÍTULO 2. O MTST: SUA ORIGEM E FORMAÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (doravante, MTST) surgiu no final da década de 1990, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como um movimento para organizar os trabalhadores precarizados da cidade. A ocupação de terras continuava sendo uma das pautas principais para a formação política desses novos militantes do movimento, que são vítimas de um projeto excludente e segregacionista nas cidades, em detrimento de um desenvolvimento urbano para atender interesses do capital. (CARTILHA DE PRINCÍPIOS MTST, 2005)

A formação do MTST se deu para atender a classe operária precarizada, lutando contra a exploração da força de trabalho, uma organização política e pelos interesses do povo, tendo como princípios de luta a unidade, trabalho coletivo, disciplina e construção de poder popular, tendo por base a experiência advinda do MST. Mais do que acesso à moradia, o movimento busca promover intervenções na sociedade de modo a conseguir melhor condições de vida na cidade, bem como acesso a bens e serviços, mobilidade urbana, políticas públicas, etc. (SILVA, 2017).



Figura 1: MST e MTST (Fonte: Facebook MST / MTST. Acesso em: 30.06.2022)

A partir da década de 1970 as cidades crescem de forma acelerada, principalmente em função da difusão do processo de industrialização, havendo uma valorização do preço da terra nas áreas centrais das cidades, ativando também uma

série de processos ligados à especulação imobiliária, principalmente nas grandes cidades / metrópoles. Estas novas formas de organização do espaço urbano obrigam o trabalhador a começar a se deslocar para cada vez mais longe do centro das cidades, por não poder pagar os aluguéis nestas áreas, que são cada vez mais caros. As áreas centrais, por sua vez, tendem a ser mais caras pelas maiores facilidades (ou amenidades urbanas) que oferecem, como proximidade dos serviços públicos essenciais, áreas de cultura e lazer, ou transporte público integrado. O que ocorre, portanto, é uma reestruturação do território de modo a atender aos interesses do capital, em detrimento da sociedade civil como um todo.

Com esse processo de expulsão das populações pauperizadas para as periferias da cidade, cria-se uma precarização nas condições de vida do trabalhador, que Kowarick (1993) chama de *espoliação urbana*, um processo de extorsões causados pela debilidade de serviços coletivos, falta de acesso à terra e moradia digna, que impedem a reprodução minimamente digna dos trabalhadores e intensificam a exploração do trabalho. Segundo o autor,

A produção do espaço gera, portanto, zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo: nelas, a um custo econômico alto corresponde um ônus social – medidos em termos de infraestruturas e serviços públicos - praticamente nulo. Por outro lado, nas zonas onde esses elementos são praticamente inexistentes – que são as únicas que a população pauperizada tem acesso -, o custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação urbana é alto (KOWARICK, 1993, p. 27-28).

Neste contexto, conforme mencionado, a partir da década de 1970 surgem diversos movimentos sociais, com destaque para o movimento estudantil, feminista e movimento negro, que tem grande importância até os dias de hoje. Entretanto, é o movimento operário que surge para atender às demandas de toda a população, ganhando maior visibilidade política e social, em resposta à exploração do trabalho e à espoliação urbana (KOWARICK, 1993). Nesse sentido, as organizações de bairro, movimentos femininos, raciais e movimentos operários-sindicais se viam muito mais próximos e inter-relacionados,

Malgrado as especificidades das reivindicações de moradores espoliados e trabalhadores explorados, pesquisas de maior profundidade mostraram que semelhante segmentação era

muito mais analítica do que real, na medida em que se verificou que várias greves foram construídas e se apoiaram nas experiências de luta sedimentadas em organizações de moradores, bem como observou-se que os embates operários tiveram grande repercussão nas reivindicações das associações de bairro (KOWARICK, 1993, p. 35).

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, concomitantemente com esses movimentos sociais urbanos, surge nesse momento em resposta a chamada “crise urbana”, geradora de altos índices de desemprego, precarização do trabalho e falta de moradias. As organizações que começaram nos bairros da periferia foram ganhando maior dinamismo, até chegarem à nacionalização em 2009. O movimento tem como pilar auxiliar os trabalhadores militantes de sindicatos, que foram perdendo sua força em seus movimentos sindicais particulares, buscando organizar politicamente esses trabalhadores precarizados. Segundo nos explica o próprio Movimento,

Não é, nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas (CARTILHA DE PRINCÍPIOS MTST, 2005, p.2)

Conforme mencionado, as primeiras mobilizações do MTST tiveram como “raiz”, fonte de inspiração e engajamento o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que no final dos anos 1990, passou a se preocupar também com os trabalhadores da cidade. Em 1997, a partir da Marcha Nacional do MST, o mesmo concordou que militantes construíssem um movimento semelhante nas cidades para lutar contra o neoliberalismo do mundo urbano que gerava condições miseráveis para parte da população. Segundo Freitas (2017, p. 1),

Embora seja herdeiro direto do MST, o MTST logo depois dos seus primeiros anos de consolidação, vai firmando sua independência, tanto na elaboração política como nos métodos de atuação, apropriando-se de elementos da realidade urbana com os quais o movimento rural não lidava até então e que a prática das ocupações nas periferias de São Paulo impunha.



Figura 2: Marcha Nacional do MST - Chegada à Brasília. 1997 (Fonte: MST – Nossa História. Acesso em: 30.06.2022)

Em fevereiro de 1997 o MTST se estabeleceu como uma organização autônoma e promoveu sua primeira ocupação na cidade de Campinas, onde 5.000 famílias se instalaram num terreno abandonado, a fim de reivindicar sua função social, que é a destinação para a habitação popular. A ocupação foi nomeada de Eldorado dos Karajás, e, 10 anos depois, como resultado de uma conquista do movimento, o assentamento se tornou o “Parque Oziel”, que, com mais de 30.000 famílias, representa uma das maiores ocupações da América Latina, fruto da ação deste movimento socioterritorial (SOUZA, 2009 *apud* SILVA, 2017).

Hoje o MTST tem destacado sua atuação na Região Metropolitana de São Paulo, mas também se faz presente nos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará, Roraima e Amazonas. Segundo Miagusko (2012 *apud* SILVA, 2017). Entre os anos de 1997 e 2007 os movimentos de moradia e sem teto na cidade de São Paulo organizaram 112 ocupações de edifícios vazios, imóveis abandonados, ruínas de equipamentos públicos e terrenos, tanto de propriedade privada como pública. Após as manifestações de julho de 2013, mais de 100 ocupações foram realizadas por movimentos socioterritoriais sem teto, sendo que deste total, 12 ocupações se dão sob a coordenação do MTST, com mais de 15 mil famílias organizadas (MTST, 2015).

Hoje, as ocupações do MTST se dão, principalmente, nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são porções do território destinadas, segundo a prefeitura, “à moradia digna para a população de baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social.”²

Segundo o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, existem quatro tipos de ZEIS demarcadas na cidade:

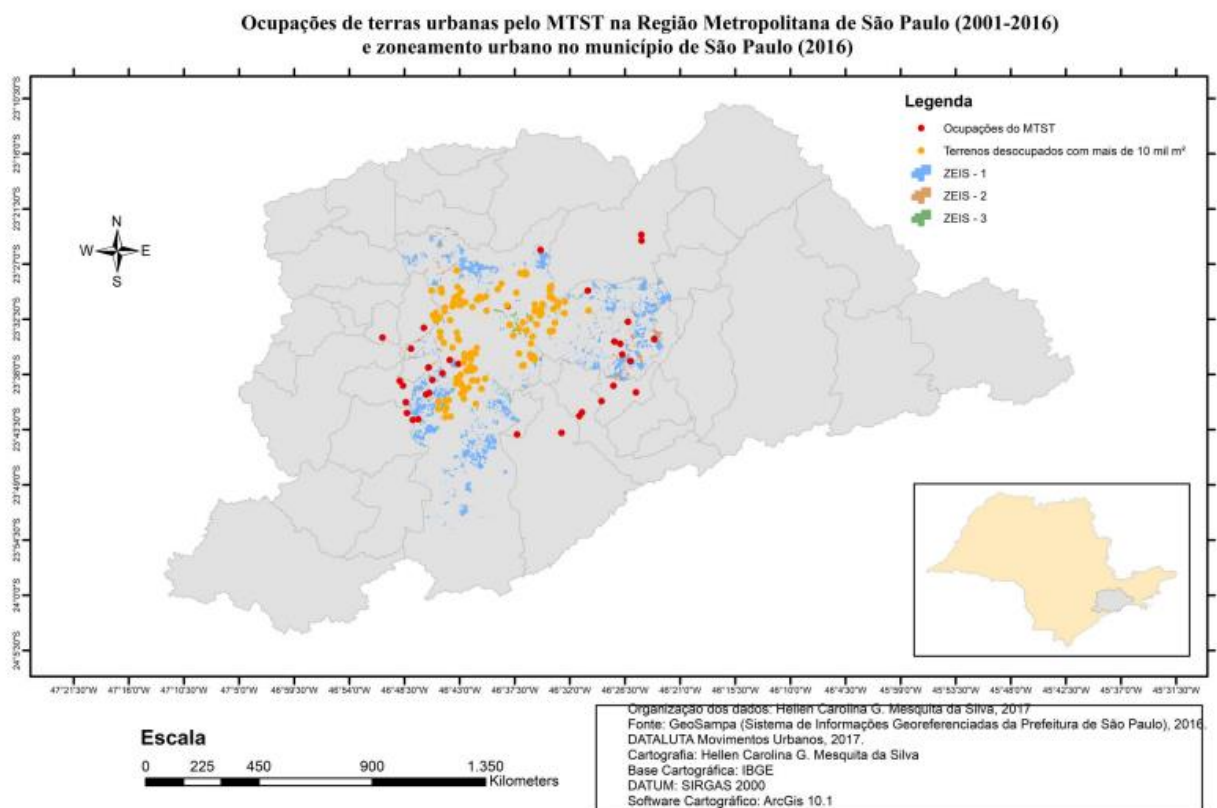
ZEIS 1 – é o grande espaço da cidade, são áreas ocupadas por população de baixa renda. Inclui favelas e loteamentos irregulares e alguns conjuntos habitacionais que não estão regulares. Hoje no território de São Paulo representa um percentual grande das Zeis, cerca de 129 km² do território de São Paulo.

ZEIS 2 – Terrenos baldios ou subutilizados, nos quais deve ser proposta a produção de moradias de interesse social, equipamentos sociais, culturais, etc.

ZEIS 3 – São imóveis ociosos, galpões abandonados, deteriorados, cortiços, em locais onde tem boa oferta de infraestrutura.

ZEIS 4 – Glebas ou terrenos em áreas de proteção aos mananciais dotados de infraestrutura urbana, nos quais se permite a produção de habitações de interesse social, exclusivamente destinadas à população transferida de áreas de risco e das margens das represas

² <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social-zeis/> (Acesso em: 30.07.2022)



Mapa 1: Ocupações de terras urbanas pelo MTST na Região Metropolitana de São Paulo.
 Fonte: Helen Carolina G. Mesquita da Silva (2017)

A postura oposicionista ao Estado neoliberal fez com que o MTST adquirisse um caráter anticapitalista e radicalizado nas lutas sociais urbanas, haja visto que o movimento busca não só melhorias nas condições de trabalho ou luta por moradia, mas melhores qualidade de vida para a sociedade. O movimento visa a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual há uma paridade de qualidade de vida e acesso aos meios de produção. O MTST pretende “criar poder popular”, onde os próprios trabalhadores detêm o poder sobre sua força de trabalho, e não mais controlados pelo capital. Nas palavras do próprio movimento:

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos. (CARTILHA DE PRINCÍPIOS MTST, 2005, p. 3)

O movimento, que atende aos interesses dos moradores periféricos espoliados e dos trabalhadores explorados, apesar de ser um movimento dos sem-teto, não é uma mobilização que luta apenas por moradia, mas também atua junto ao poder público para atender a população de forma geral, tendo em vista que a classe que milita pelo movimento sofre não apenas com a precarização do trabalho, e problemas de moradia, mas também enfrentam miséria, pobreza, fome e falta de serviços públicos infraestruturais necessários, como acesso à saúde, segurança, transporte, saneamento básico, coleta de lixo e outros. Nesse sentido

O MTST tem como meta central do movimento a luta pela moradia, mas ele entende que ela não é a única luta e nem é suficiente, pois ao trabalhador precisa ser resguardado o direito a uma moradia decente em conjunção ao amplo acesso à saúde, educação, transporte e condições decentes de infraestrutura. (LEÃO, ABREU, LAZZARINI, CHAVES & SILVA, 2016, p. 5)

A forma de ação que o MTST encontra para ganhar visibilidade nacional para suas reivindicações é a ocupação de terras urbanas e prédios públicos, de forma a sensibilizar e pressionar o Estado e os proprietários capitalistas para suas reivindicações. O bloqueio de rodovias e avenidas importantes também é uma forma de lutar por seus interesses e contra os interesses do capital. Com o bloqueio a circulação de mercadorias, seja por horas ou até mesmo dias, o atraso gera enorme prejuízo para os empresários, concedendo ao movimento ainda maior visibilidade e importância.

A exploração da força de trabalho nas cidades encontra forte obstáculo para a reprodução da mesma, por conta dessa falta de infraestrutura que a espoliação urbana causa. O trabalhador, cada vez mais periférico, demora um longo tempo para se deslocar até o trabalho, devido a periferização e precariedade dos transportes, que mesmo com uma mudança no modal vigente que visa ampliar o acesso do transporte a toda a cidade, continua, até os dias de hoje, muito deficiente.

Esse trabalhador espoliado gasta grande parte de seu “tempo livre”, sem acesso à aparatos culturais e de lazer devido a sua posição periférica na cidade, com afazeres de casa, família ou autocuidados. Sua qualidade de vida é baixíssima, e acaba com dificuldades de manter-se no mesmo emprego, ou em um único emprego, o que ocasiona por vezes jornadas duplas de trabalho – como o caso da maioria das

mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho – e culminam por aceitar trabalhar na informalidade ou com poucos direitos sociais trabalhistas. Em resposta a isso, o capital fomenta o aumento populacional da classe trabalhadora espoliada, de modo a ampliar a mão de obra disponível e, deste modo, o trabalhador continuar aceitando suas condições precárias de trabalho. (CEOLIN, 2014)

Por isso, o MTST tem como uma de suas bandeiras de luta a Reforma Urbana, pois a atual organização das cidades, voltada para atender aos interesses do capital, acaba intensificando as precariedades nas condições de vidas da população periférica e a espoliação urbana. O movimento entende a cidade como uma forma de reprodução das desigualdades ocasionadas pelo capitalismo, em que as políticas higienistas de expulsão dos pobres para cada vez mais longe do centro e precarização de serviços públicos atuam como formas de atender ao mercado privado e dificultar o acesso de parte da população à serviços de qualidade. Na definição do manifesto do próprio MTST:

Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os amis pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de automóveis; e assim por diante. (CARTILHA DE PRINCÍPIOS MTST, 2005, p. 4)

Nas ocupações do MTST existe uma preocupação com a formação de seus militantes, desde quando novos participantes se incorporam à luta até o momento da consciência de classe. Não existe ainda uma escola de militância, tal como a Escola Florestan Fernandes, do MST, mas o movimento se preocupa com a formação de seus integrantes, tal como aponta OLIVEIRA (2010, p.106):

“Sobre a politização dos sem-teto, a todo o momento as lideranças do Trabalhadores Sem-Teto procuram conscientizá-los para lutar por outros direitos que complementam o direito à moradia, como o trabalho. Assim, vai se aprimorando a luta, demonstrando que a luta só pela moradia não basta. Ao se lutar

pelo trabalho, surgem outras necessidades, como por exemplo, boa saúde e, depois, vem a educação e assim por diante. As lideranças tentam fazer com que os sem-teto percebam que a luta isolada de um setor não é eficaz e que, portanto, é necessária a união dos trabalhadores para que a luta seja fortalecida. Quando se chega a este nível de conscientização, as lideranças do Trabalhadores Sem-Teto passam a falar das contradições do capitalismo e da inevitabilidade de algumas situações dentro deste modo de produção e, portanto, a necessidade de uma transformação social”.

O desmonte da legislação trabalhista, os pacotes de reformas trabalhistas e o destroçamento do fundo de previdência social nacional, que o país tem enfrentado nos últimos anos, além da profunda crise econômica resultante da pandemia de Covid-19, faz aumentar os mecanismos de exploração do trabalho, a competitividade entre os próprios trabalhadores explorados e dificultam as organizações políticas dos mesmos que reivindicam melhores condições de trabalho. A mudança maciça dos trabalhadores do setor secundário para o setor de serviços, principalmente nas regiões metropolitanas, e a inserção de novas tecnologias, é um fator importante para que esses trabalhadores não consigam se organizar, tendo em vista que nem todos os trabalhadores puderam se adaptar a essas novas mudanças e assim são mais fáceis de aceitarem condições cada vez piores que o governo, em prol dos interesses dos capitalistas, tem imposto.

Nesse sentido, o Movimento do Trabalhadores Sem-Teto emerge em contrapartida a essas condições para organizar politicamente os trabalhadores espoliados da cidade. Surgindo a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MTST atende aos interesses das lutas urbanas e contra a exploração do capital. Tem por objetivo o poder ao povo e uma sociedade onde todos possam ter o mesmo acesso aos meios de produção, uma Reforma Urbana, onde não há expulsão de pobres, políticas higienistas, exploração da força e trabalho, e principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto luta contra a crescente espoliação urbana que vem se alastrando por todo o território desde a segunda metade do século XX.

CAPÍTULO 3. A ASCENSÃO RECENTE DA FOME NO BRASIL E AS AÇÕES DO MTST

A fome é um problema que assola a população brasileira a tempos, e com a pandemia do COVID-19 houve o agravamento desse problema. O avanço da fome na cidade de São Paulo mostra que os paulistanos estão procurando doações até em unidades de saúde, segundo levantamento da Prefeitura de São Paulo realizado em novembro de 2021³. Segundo a pesquisa, mais de 90% dessas famílias que estão em situação de vulnerabilidade alimentar moram na zona Sul da cidade.

Josué de Castro ([1946] 1984, 58), em sua obra pioneira *Geografia da Fome*, demonstra que a alimentação do brasileiro, além de precária em qualidades nutritivas, apresenta “nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos”. O problema se coloca de forma mais grave em certas regiões que vivem em estado de fome crônica do que em outras, onde a população é subnutrida, sendo assim, introduz o conceito de áreas de subnutrição que consiste em áreas geográficas de carências e desequilíbrios alimentares. Para o autor, o objetivo de sua obra é “localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra” ([1946] CASTRO, 1984, p. 34), assim realizando uma análise sobre a fome fundamentada pelos princípios geográficos da localização, extensão, causalidade, correlação e unidade terrestre. Para outro estudioso do tema,

Apesar de o Brasil ser o segundo maior exportador mundial de alimentos, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), mais de 19 milhões de brasileiros estão em situação de fome no país. Os dados da Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania Alimentar de 2020 revelam um crescimento de quase o dobro (10,3 milhões) de pessoas nessa condição em relação ao ano passado. A Pesquisa de Orçamento Familiar (2017/2018) do IBGE, por sua vez, mostrou que a situação de segurança alimentar era vivenciada por apenas 63,3% dos domicílios pesquisados em todo território nacional (SÁ, 2021)⁴

³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/25/mais-de-90percent-das-familias-que-passam-fome-na-cidade-de-sao-paulo-moram-na-zona-sul-aponta-levantamento.ghtml> (Acesso em: 13.06.2022)

⁴ <https://midianinja.org/news/cozinhas-solidarias-dos-sem-teto-tem-contribuido-para-o-combate-a-fome/#:~:text=Nesse%20contexto%2C%20foi%20aberta%20a,em%20quase%20todo%20o%20Brasil.> (Acesso em: 13.06.2022)

Entre os anos de 2004 e 2013 o Brasil passou por um período de redução da fome e insegurança alimentar, como resultado do programa Fome Zero aliado a políticas públicas de combate à pobreza e à miséria, no entanto, nos anos subsequentes com o desmonte dessas políticas, ou mesmo aniquilação, o que se observa é uma tendência de crescimento muito acelerado, como aponta a pesquisa “Alimento para Justiça”, do IBGE (2021) (Figura 3).

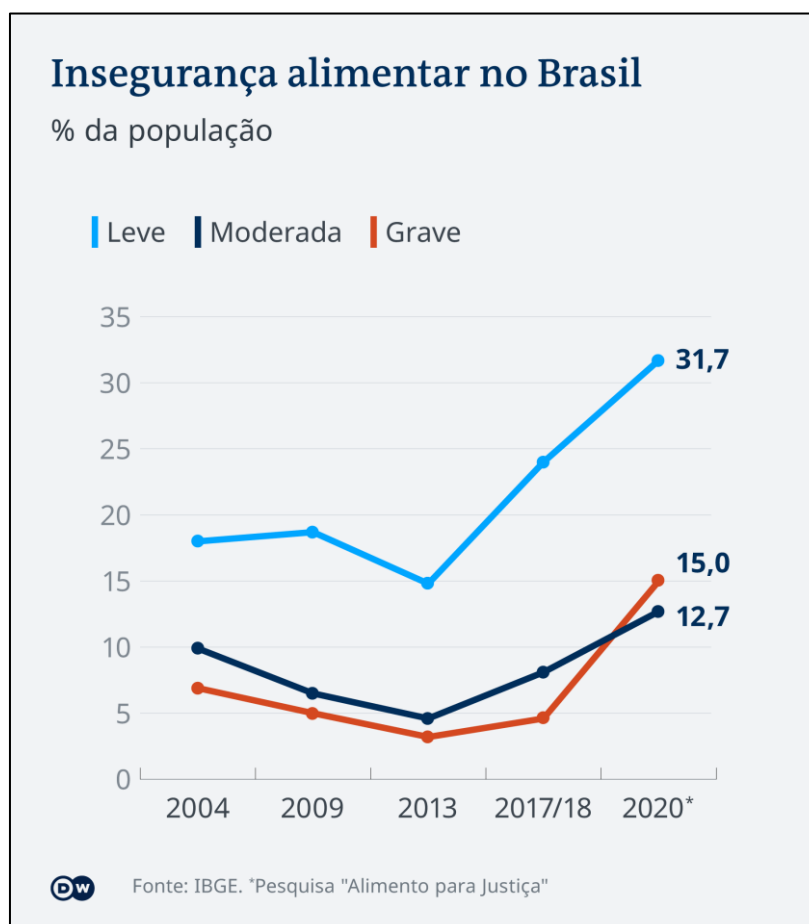


Figura 3: Insegurança Alimentar no Brasil (IBGE 2021)

A Pesquisa contextualiza que

A partir de 2014, no governo Dilma Rousseff, a crise econômica e o aperto orçamentário começaram a afetar a renda das pessoas. Com o início da gestão Michel Temer em 2016, diz Motta, o espaço da agricultura voltada à exportação cresceu ainda mais e foi reduzido o apoio à agricultura familiar, que tem papel importante no fornecimento de alimentos para o mercado doméstico. Ela aponta como um marco a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016. A situação piorou no governo de Jair Bolsonaro. Em sua primeira semana

no cargo, o presidente extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

(...) Com a covid-19, as dificuldades se agravaram. Houve queda de renda e a inflação de alimentos superou os 15% nos 12 meses iniciais da pandemia, quase o triplo da inflação geral, dificultando o acesso regular a refeições para muitas famílias.⁵

O avanço da fome entre os anos de 2020 e 2021, na cidade de São Paulo, foi muito impulsionado pela situação pandêmica vivida mundialmente, e, mesmo a cidade de São Paulo sendo classificada por Castro ([1946] 1984) como uma região de maior variedade e padrão alimentar, a situação enfrentada nas periferias é alarmante e coloca em pauta qual o papel dos movimentos sociais para frear o avanço da fome e garantir a segurança alimentar num cenário em que os próprios órgãos públicos se fazem insuficientes para salvaguardar essa população.

Pensando no crescimento que o país teve nos últimos 20 anos e nesse problema que cresce vertiginosamente, seria imprudente relacionar essas coisas unicamente com a pandemia, contrariando o próprio Josué de Castro, que já em 1940 expressava

As pessoas dizem que a fome é natural, sempre teve fome, não é por conta da seca, é por conta da índole do povo, o povo é preguiçoso' e ele não se conformou a situação e dizia: 'não é verdade, a fome é resultado da política ou da falta de política, a fome é resultado da decisão dos governantes'.⁶

O desmonte de políticas públicas, o descaso com a população (principalmente pobre e periférica), o congelamento de investimentos nos setores de base são também fatores que contribuíram muito para que a fome fosse aumentando no país desde 2017, para chegar na atual situação em que parte da população sofre por não ter o que comer e outra parte sofre com o vírus. A pandemia surge nesse contexto de aumento da pobreza e traz ainda mais desamparo e sofrimento para o povo.

⁵ <https://www.dw.com/pt-br/fome-no-brasil-cresce-e-supera-taxa-de-quando-bolsa-fam%C3%ADlia-foi-criado/a-57187014> (Acesso em: 27.07.2022)

⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/02/livro-mostra-relacao-entre-aumento-da-fome-producao-de-commodities-e-desmatamento-no-brasil> (Acesso em: 27.07.2022)

A alimentação é um algo reservado ao setor privado de nossas vidas, vista como parte de uma esfera afastada da política, no entanto, com o cenário que se molda perante a situação pandêmica e o avanço da fome, é válido perceber quem são aqueles que podem viver ou os que são deixados para morrer, e qual a importância do Estado para garantir o bem-estar social e econômico da população. (FRUTUOSO & VIANA, 2021)

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com uma significativa participação do setor primário na economia, com quatro, dentre as sete principais commodities de exportação brasileiras, sendo produtos agrícolas. A soja brasileira representa metade da produção mundial desse grão, o Brasil também é o maior produtor de açúcar do mundo e detém o maior rebanho mundial de bovinos, e representa o segundo maior produtor mundial de milho.⁷ Além disso tem uma produção agrícola gigantesca, que seria suficiente para saciar as necessidades alimentares da população nacional; sendo assim, nos parece necessário uma reflexão do porquê, mesmo com uma produção capitalista de alimentos tão grande, há um aumento da fome significativamente a partir de 2017. Como mostram dois pesquisadores desta questão,

Tais ideias contrapõem uma das teorias explicativas para a fome - a da diminuição da disponibilidade de alimentos (*food availability decline*) - que considera a questão como decorrente da produção insuficiente de alimentos, que poderia ser revertida por um sistema alimentar com grandes corporações agrárias que garantiriam a exploração da terra, o aumento da produtividade e a redução de preços de alimentos. [...] Se recuperarmos um panorama histórico desde as primeiras contribuições de Josué de Castro para problematizar as teorias que relacionam a fome à insuficiente produção de alimentos, ainda que tenhamos observado avanços econômicos, sociais e sanitários nas últimas décadas – como o crescimento do setor agrícola e a produção global de alimentos teoricamente suficiente para satisfazer a demanda da população mundial –, não há garantia de que todas as pessoas tenham acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes no Brasil e no mundo.” (FRUTUOSO & VIANA, 2021, p.5)

O aumento da fome é uma realidade no Brasil desde 2017, quando esse número voltou a subir e tem avançado rapidamente. De acordo com a Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), publicada em junho de

⁷ <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/quais-sao-as-principais-commodities-brasileiras/> (Acesso em: 20.06.2022)

2022⁸, o número de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar aumentou para 33,1 milhões no ano de 2022, isso significa um aumento de 14 milhões de pessoas com relação ao ano de 2020, esses patamares foram registrados anteriormente pela última vez em 1990.

Segundo a pesquisa, esse problema se faz mais presente nas regiões Norte e Nordeste, em áreas rurais, e atinge 21,8% de agricultores e pequenos agricultores. A fome é também maior em lares comandados por pretos e pardos, e/ou por mulheres, ainda se faz mais presente onde os chefes de família se encontram desempregados ou possui baixa escolaridade. ⁹ A Pesquisa também mostrou ainda que

nos três meses anteriores à coleta de dados, apenas 44,8% dos lares tinham seus moradores e suas moradoras em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 55,2% dos domicílios os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%).

Em números absolutos: no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos.

Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave). (FIOCRUZ, 2021) ¹⁰

⁸ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> (Acesso em: 19.06.2022)

⁹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml> (Acesso em: 20.06.2021)

¹⁰ <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-e-covid-19-no-brasil/> (Acesso em 27.07.2022)

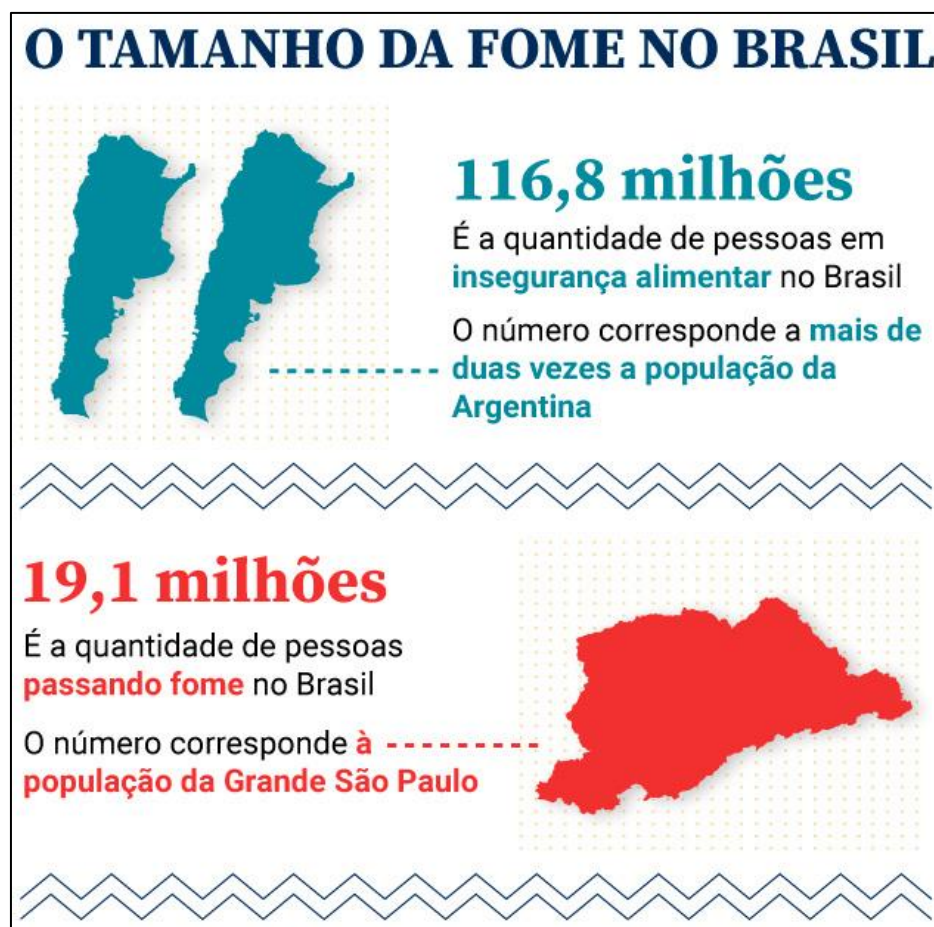


Figura 4: O Tamanho da Fome no Brasil (Fiocruz, 2021)

Esse aumento da fome se deve principalmente devido ao desmonte de políticas públicas por parte do governo, o que causou o agravamento da crise econômica e social, também da pandemia no Brasil, que corrobora para a extensão desse cenário e lentidão em soluções contra a crise, criando (quando) medidas de contenção da fome insuficientes e isoladas, diante de um cenário caótico, com alta inflação, sobretudo dos alimentos, altos índices de desemprego e queda da renda da população.

A falta de acesso à água potável também é preocupante nessa conjuntura, e atinge 12% da população brasileira, segundo a pesquisa realizada pela PENSSAN. Nesse sentido,

A pandemia surge neste contexto de aumento da pobreza e da miséria, e traz ainda mais desamparo e sofrimento. Os caminhos escolhidos para a política econômica e a gestão inconsequente da pandemia só poderiam levar ao aumento ainda mais escandaloso da desigualdade

social e da fome no nosso país”, apontou Ana Maria Segall, médica epidemiologista e pesquisadora da Rede PENSSAN.¹¹

A pandemia e as recomendações de isolamento social evidenciam as desigualdades enfrentadas e a coexistência das diferentes manifestações da fome, a estrutural e a conjuntural,

Caparrós aponta que a fome conjuntural - aguda, visível, produzida repentinamente por catástrofes naturais e conflitos - responde ao contexto da sociedade contemporânea e dá visibilidade às ações políticas e humanitárias emergenciais, enquanto a fome estrutural - crônica, permanente, provocada pela produção/acesso insuficiente aos alimentos - aparenta não ter espaço nesta sociedade, uma vez que, silenciosa, parece aproximar-se da normalidade. (FRUTUOSO & VIANA, 2021, p.8)

Sendo essa fome estrutural restrita aos sujeitos marginalizados e periféricos, evidenciando fatores históricos-sociais com as relações de raça, classe e gênero e ampliando a situação de fome conjuntural no cenário pandêmico, como Alcantara (2022) evidencia:

O perfil das pessoas mais atingidas não surpreende, haja vista o perfil histórico do abismo social brasileiro: população negra em geral, mulheres, nortistas e nordestinos e pessoas com baixa escolaridade. Boa parte delas estavam em domicílios que conviviam com desemprego ou precarização do trabalho; foram severamente impactadas pela queda da renda, o aumento da inflação de alimentos, a exclusão da rede de proteção social e/ou perda do poder de compra dos benefícios sociais recebidos.¹²

Frutuoso & Viana (2021) também refletem:

A insegurança alimentar e nutricional e a fome se destacam e, a despeito do enfraquecimento e das disputas relacionadas à participação da sociedade civil nos espaços de discussão e desenho de políticas públicas de alimentação e nutrição com a extinção do Consea, a organização da sociedade civil tem contribuído para o enfrentamento emergencial da fome e é dos territórios das ruas e da periferia – territórios da vida – que emergem as iniciativas de apoio e articulação comunitária, gestão coletiva, solidariedade e compartilhamento de comida. Como referido anteriormente, a responsabilidade do combate à

¹¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml> (Acesso em: 20.06.2022)

¹² <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/16/opiniao-economia-da-fome-a-agenda-responsavel-pelo-empobrecimento-do-povo-brasileiro> (Acesso em: 27.07.2022)

fome recai sobre aqueles que a sentem e não sobre aqueles que a inventaram. (p.10 e 11)

É neste contexto que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto cria o Projeto *Cozinha Solidária*, a fim de conter o avanço da fome na periferia da cidade de São Paulo, com cozinhas comunitárias que distribuem refeições prontas para a comunidade, além do uso de produtos orgânicos cultivados em hortas urbanas comunitárias cuidadas pela própria população local, assunto este que trataremos adiante.

CAPÍTULO 4. O MTST E AS COZINHAS SOLIDÁRIAS

O projeto *Cozinha Solidária* foi idealizado pelo MTST, e tem como justificativa:

“A fome no Brasil tem se agravado ainda mais desde o início da pandemia. Estudo da Segurança Alimentar e da Fome no Mundo revela que cerca de 5 milhões de pessoas encontram-se desnutridas no Brasil. Essa realidade pode piorar ainda mais nos próximos anos com a volta do crescimento da pobreza e da extrema pobreza no Brasil. (...) Queremos construir Cozinhas Solidárias para que as famílias nas periferias tenham garantida sua alimentação rica em nutrientes. O direito à alimentação saudável e nutricional deve ser um direito de toda a população”. (MTST, 2021)

O projeto conta com 31 cozinhas espalhadas nos 13 estados¹³ de atuação do movimento, que distribuem alimentação gratuita em marmitas de terça à domingo. O funcionamento se dá através do trabalho voluntário de diversos colaboradores voluntários, militantes e moradores locais que se reúnem em mutirões, além de contar também com doações voluntárias que ajudam na compra dos alimentos não perecíveis para o preparo das refeições.

Na cidade de São Paulo o projeto está espalhado em 5 unidades, nos bairros de Jardim Esmeralda, Sé, Jardim Ângela, Jardim Damasceno, Jardim Iguatemi, além de mais 4 distribuídas na Região Metropolitana Paulista. As refeições são oferecidas para retirada no horário do almoço, a partir das 12h, sendo segunda-feira o único dia da semana em que não há distribuição de marmitas.¹⁴

As cozinhas fazem um papel social muito além das ocupações dentro das periferias, as cozinhas são o coração das ocupações, e se usam dessa rede de solidariedade para disseminar as ideias e desmistificar as concepções errôneas que parte da população tem sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Os movimentos sociais como um todo sempre foram marginalizados, no Brasil, perante a sociedade, começando pelos primeiros movimentos sociais que lutavam contra o regime militar; é o caso também do Movimento dos Sem-Terra (MST), que se opõe aos grandes proprietários de terra, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que luta em prol do trabalhador urbano espoliado. Durante governos

¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/conheca-as-cozinhas-solidarias-do-mtst-que-distribuem-refeicoes-gratuitas-por-todo-o-brasil> (Acesso em: 28.07.2022)

¹⁴ <https://www.instagram.com/cozinhasolidariasmtst/> (Acesso em: 26.06.2022)

conservadores (e mesmo reacionários) que se instalaram a partir de 2016 no país, tende-se a aumentar essa hostilidade, como se viu acontecer desde as eleições de 2018 com a disseminação de *fake news* envolvendo um dos líderes do MTST, Guilherme Boulos, então candidato a presidente, e com isso uma série de difamações que se seguiram destinadas ao movimento.

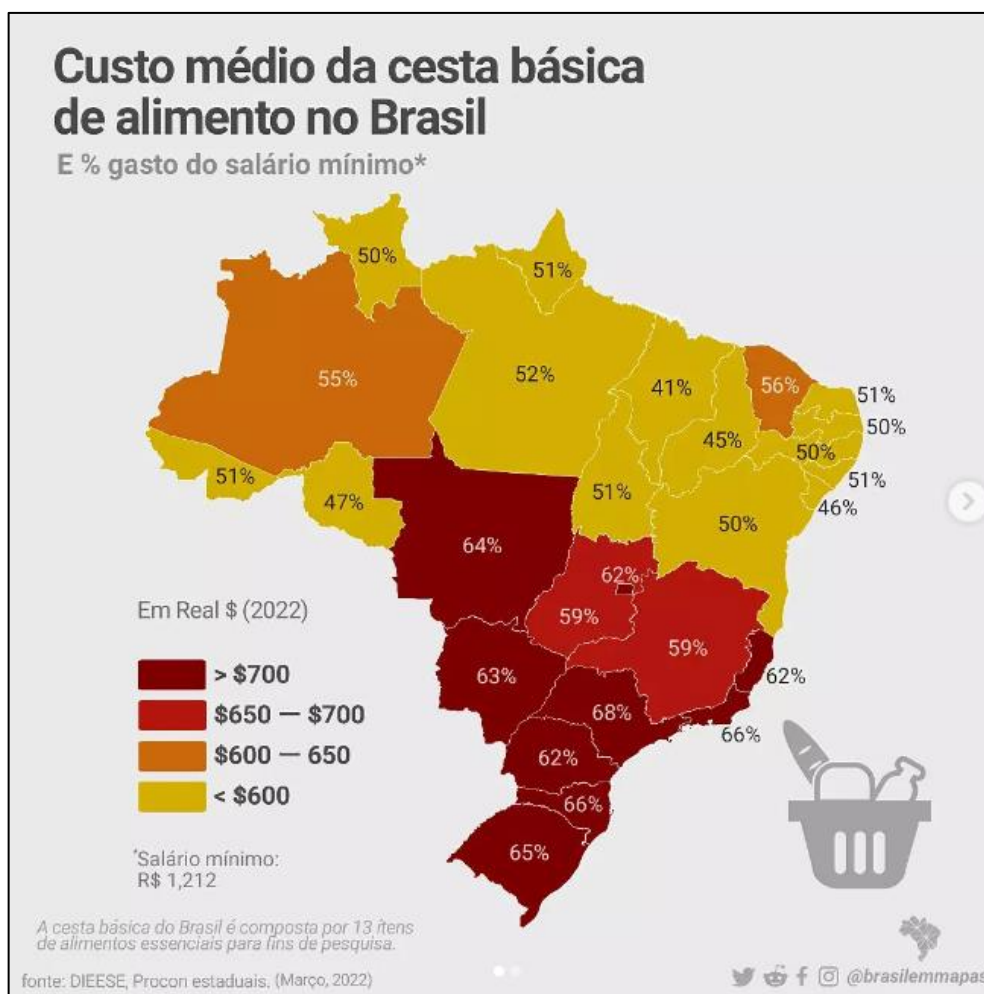
Os projetos sociais criados dentro das periferias para atender essa classe trabalhadora precarizada servem também como uma forma de apresentar as ações coletivas para pessoas de fora dos movimentos. O Projeto Cozinha Solidária, assim como as Hortas Comunitárias, não serve apenas para atender aos militantes, atuam em prol da população necessitada, e ampliam o conhecimento dessa comunidade sobre as reais intensões das mobilizações sociais.

O MTST tem feito uma função que o governo não tem feito com a população: a de garantir a alimentação necessária para a população, que está previsto em Constituição. Projetos sociais como o Cozinha Solidária são de suma importância no momento de crise financeira enfrentada pelo país, com 33 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar, esses projetos não conseguem acabar com a fome de toda a população, mas garantem que parte dessa população favorecida façam ao menos uma refeição diária e sobrevivam na esperança (e espera) das ações efetivas por parte do Estado.

A inflação brasileira bateu recorde, representando 9,1%¹⁵, isso somado à grande massa de desempregados no país, oriundos da crise gerada pela pandemia, torna cada vez mais difícil o acesso a itens de alimentação da cesta básica brasileira. Segundo uma pesquisa de março de 2022, realizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o estado de São Paulo possui a cesta básica mais cara do Brasil, cerca de \$761, isso representa 68% do salário-mínimo brasileiro, e mais que o dobro do auxílio Brasil, concedido pelo governo às famílias em situação de vulnerabilidade social. Calcula-se em cerca de \$6394 o salário mínimo necessário para suprir as necessidade de uma família brasileira nos dias de hoje.¹⁶

¹⁵ <https://veja.abril.com.br/economia/fed-sobe-juros-pela-quarta-vez-seguida-para-tentar-conter-inflacao-recorde/> (Acesso em 29.07.2022)

¹⁶ https://www.instagram.com/p/CcTyHloLmrv/?utm_source=ig_web_copy_link (Acesso em 29.07.2022)



Mapa 2. Custo médio da cesta básica de alimento no Brasil (DIEESE 2022)

Não só aumentou o preço dos produtos como também, consequentemente, diminuiu o poder de compra ao longo dos anos, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso o poder de compra entrou em uma tendência de crescimento, com algumas quedas no início e final do governo Lula, mas seguindo essa tendência crescente. No governo Temer, onde o salário-mínimo comprava acima de 2 cestas básicas teve um decréscimo do poder de compra, e em 2019, no governo Bolsonaro, permaneceu em queda vertiginosa, isso se deve principalmente devido ao fim da Política de Valorização do Piso Salarial Nacional, onde o reajuste do salário-mínimo utiliza apenas a reposição da inflação anual, sem aumento real de salário.



Figura 3: Quantas cestas-básicas cabem no salário-mínimo do Brasil (DIEESE 2021)

Com base em toda essa situação alarmante o MTST surge com a proposta do programa Cozinha Solidária, onde a primeira unidade inaugurada foi na cidade de São Paulo, no bairro da Brasilândia, zona norte da cidade, no dia 13 de março de 2021. Na inauguração da cozinha o líder do Movimento, Guilherme Boulos, declarou que “quem tem fome, tem pressa”, por isso a importância das ações rápidas para conter o avanço da fome no país, os militantes não precisam ver as pessoas morrerem de fome e de covid para se movimentarem para ampararem os necessitados.

O projeto hoje conta com cozinhas nas cidades de Maceió (AL), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Planaltina (DF), Ceilândia (DF), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Montes Carlos (MG), Uberlândia (MG), Diamantina (MG), Curitiba (PR), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Boa Vista (RR), São Paulo (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), Embu das Artes (SP), Taboão da Serra (SP), São José do Rio Preto (SP), São Carlos (SP), e São Cristóvão (SE).¹⁷

Além das refeições gratuitas distribuídas pelas cozinhas, o projeto dialoga diretamente com o projeto das hortas urbanas comunitárias nas periferias, que fornecem alimentos para as cozinhas, e quando possível, doações para as comunidades próximas.

Para a responsável pelas cozinhas solidárias e hortas orgânicas no estado, Eliane Silva, da coordenação nacional do MTST em Alagoas, essas iniciativas surgiram durante a pandemia para gerar renda para as famílias e combater a insegurança alimentar e nutricional. No início, o Movimento estava distribuindo cestas básicas com recursos captados via vaquinha online, mas depois, com a diminuição do auxílio emergencial e o aumento do preço do gás e das comidas, passaram a desenvolver esses projetos. (SÁ, 2021)

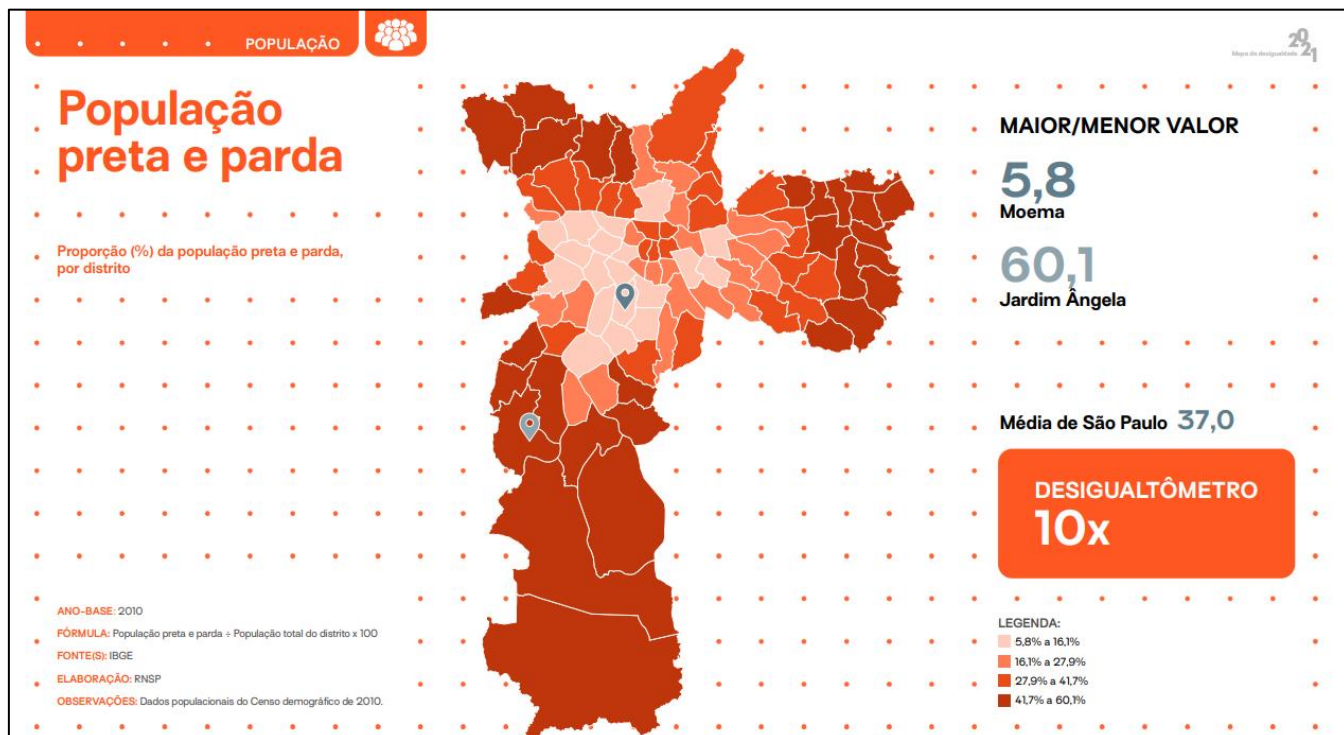
O projeto conta com doações voluntárias para a sua manutenção, além de uma ampla rede de voluntários que fazem as cozinhas funcionarem. As cozinhas, juntamente com as hortas orgânicas, pretendem construir uma rede de segurança alimentar para os famintos.

“O MTST vê muito de perto o crescimento da fome no país. As pessoas estão abandonadas à própria sorte, sem proteção real contra a covid. E sem conseguir comer por falta de renda e do preço altíssimo dos alimentos e do gás de cozinha”, afirma Guilherme Boulos. “É por isso que a nossa campanha de solidariedade segue firme, agora expandida com as cozinhas solidárias”, disse o líder do MTST, destacando a importância dos voluntários que mantêm o projeto. “As cozinhas solidárias são sustentadas por amplo movimento de voluntariado que permitiu colocar essa ideia em prática. Com razão, o Brasil está voltado para a pandemia. Um país à deriva, sem governo. Mas para além da pandemia do vírus, existe uma pandemia invisível, da fome. (RBA, 2021)¹⁸

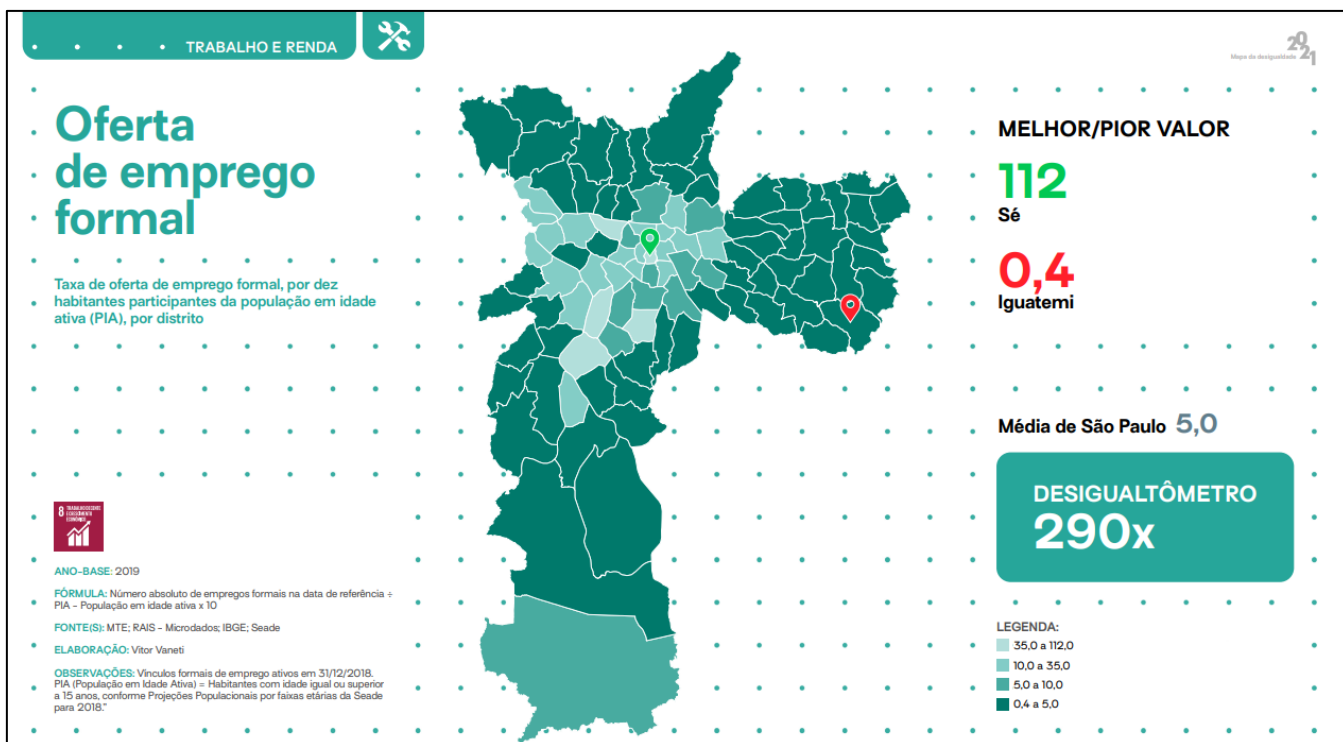
¹⁷ <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/conheca-as-cozinhas-solidarias-do-mtst-que-distribuem-refeicoes-gratuitas-por-todo-o-brasil> (Acesso em: 28.07.2022)

¹⁸ <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/cozinhas-solidarias-do-mtst-salvam-da-fome-na-pandemia/> (Acesso em: 28.07.2022)

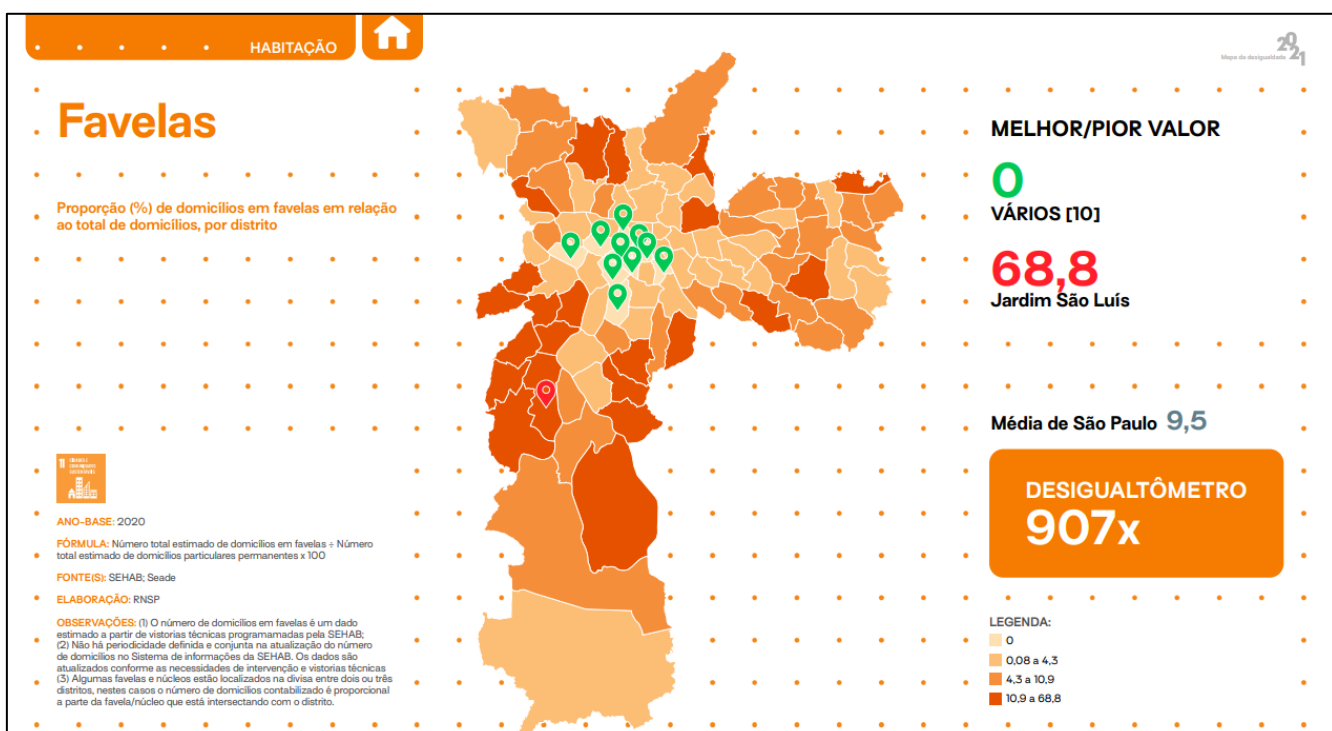
O projeto buscou instalar suas cozinhas em pontos estratégicos da cidade de São Paulo, com lugares socialmente mais necessitados, onde a população preta é maior, a oferta de emprego formal é menor e a acumulação de renda é menor, como mostram os Mapas da Desigualdade de 2021, produzido pela Rede Nossa São Paulo.



Mapa 3: População preta e parda na cidade de São Paulo (RNSP 2021)



Mapa 4: Oferta de emprego formal na cidade de São Paulo (Vitor Vaneti, 2021)



Mapa 5: Favelas na cidade de São Paulo (RNSP 2021)

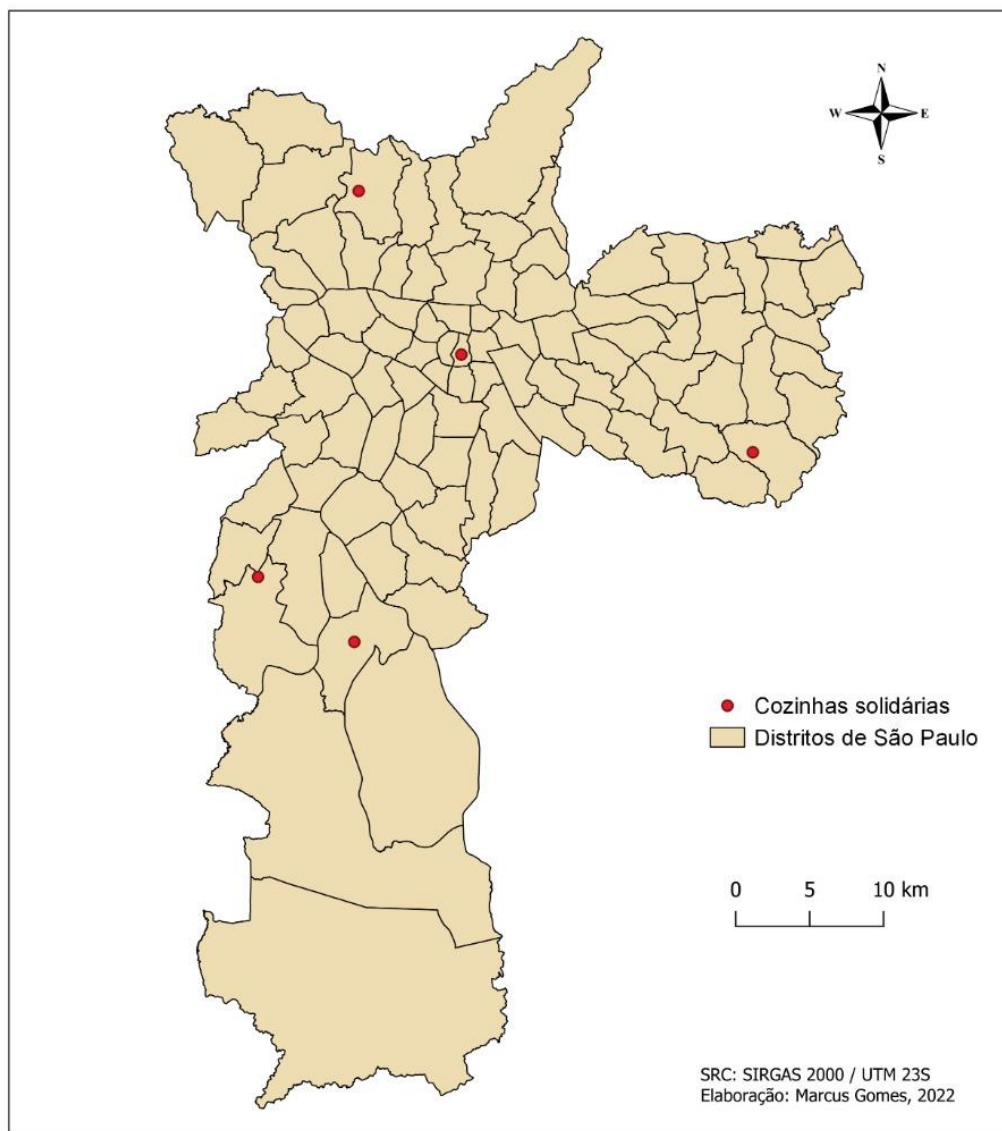
Como se observa nos mapas, há uma maior concentração de população preta e parda nos extremos da cidade, onde se concentram também um maior número de emprego informal, de favelas e moradias precárias. Esses indicadores apresentados (concentração da população preta, favelas e oferta de empregos formais) mostram as condições da população preta, pobre e periférica em São Paulo e suas precariedades para enfrentar a Covid-19.

As desigualdades étnico-raciais estão mediadas pelas socioespaciais, resultado do tríplice segregação socioespacial, étnico-racial e urbana que produziram espaços segregados por classe, raça e território na cidade. As classes podem ser verificadas por aproximação através de indicadores de faixas de renda e vínculos empregatícios levantados pela Pesquisa Origem Destino de 2017 do Metrô de São Paulo. A segregação residencial é uma das fortes expressões da segregação socioespacial e está caracterizada pelas condições de renda familiar domiciliar, condições de moradia (adequada, precária) e localização na cidade (periferia, subúrbio, centro expandido). As desigualdades urbanas são caracterizadas pelas diferentes áreas que concentram maior quantidade de moradias populares; moradias de médio padrão e moradias de alto padrão. (OLIVEIRA, 2020)¹⁹

Comparando esses dados com as localidades das Cozinhas Solidárias na cidade de São Paulo, nota-se uma distribuição mais periférica na cidade, alinhado com a recém-inaugurada cozinha no bairro da Sé, no centro da cidade, que conta com uma população economicamente carente, sendo possível entender qual o principal público faminto e necessitado de ações emergenciais afim de garantir as necessidades alimentares da população.

¹⁹ <https://diplomatie.org.br/impactos-da-covid-19-nas-periferias/> (Acesso em: 29.07.2022)

Cozinhas solidárias do MTST em São Paulo



Mapa 6: Cozinhas Solidárias do MTST na cidade de São Paulo

As Cozinhas Solidárias distribuíram até junho de 2022 cerca de 740 mil marmitas²⁰, a para além da distribuição de marmitas, as Cozinhas se tornaram espaços coletivos de acolhimento, trocas, aprendizados e muita solidariedade.

“Produzimos alimentos saudáveis e as cozinhas oferecem também outros serviços de apoio e acolhimento, como atendimento jurídico, de saúde e reforço escolar. Divulgamos um jornal quinzenal explicando o porquê da cozinha e de onde vêm os alimentos, para manter as pessoas bem atualizadas, pois estamos voltando para o mapa da fome. As cozinheiras recebem ajuda de custo e formação, porque muitas delas são do próprio Movimento ou do bairro, em sua maioria, mães e chefes do lar” – Ana Paula Perles, coordenadora nacional do Movimento (2021)²¹

A ideia do projeto é ampliar as cozinhas e as hortas urbanas orgânicas, a fim de poderem atender mais gente, além de que as hortas comunitárias servem como uma fonte de renda para os moradores das ocupações, onde muitos deles não dispõem de nenhuma fonte de renda, e por vezes usam dos alimentos excedentes para venderem nas feiras orgânicas.

Para o líder do MTST, e candidato a Deputado Federal, Guilherme Boulos, a iniciativa deve ser transformada em política pública:

Uma ação governamental pautada na parceria entre a agricultura familiar e outros setores que permitam a instalação de cozinhas autogeridas pelos movimentos nos quatro cantos do país. A proposta, aliás, foi feita ao pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Recentemente, Lula e Boulos almoçaram em uma dessas cozinhas.

E foi enfático: “Tem de virar política pública. E que no ano que vem haja não só uma cozinha solidária como essa da Sé, mas milhares de cozinhas solidárias, como política de combate à fome, subsidiada pelo governo brasileiro. Assim, em vez de o dinheiro público ir para o orçamento secreto do Centrão, que vá para encher a barriga do nosso povo. Porque o que estamos vivendo não é falta de dinheiro, mas de prioridade. E temos esse desafio político e histórico”. (RBA, 2022)²²

²⁰ <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/06/contra-a-fome-mtst-abre-cozinha-solidaria-herbert-de-souza-no-centro-de-sao-paulo/> (Acesso em: 29.07.2022)

²¹ <https://midianinja.org/news/cozinhas-solidarias-dos-sem-teto-tem-contribuido-para-o-combate-a-fome/#:~:text=Nesse%20contexto%2C%20foi%20aberta%20a,em%20quase%20todo%20o%20Brasil.> (Acesso em: 29.07.2022)

²² <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/06/contra-a-fome-mtst-abre-cozinha-solidaria-herbert-de-souza-no-centro-de-sao-paulo/> (Acesso em: 29.07.2022)

As Cozinhas Solidárias já ajudaram, e ajudam diariamente, milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social e carências alimentares, as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto tem feito mais do que o governo fez, tem ajudado as pessoas a não morrerem de fome. O MTST tem trabalhado nas periferias de São Paulo, e de todo Brasil, em prol dos necessitados e buscando estender o conhecimento da população também sobre as reais atividades e intenções do movimento. As cozinhas são lugares de distribuições de refeições, mas muito mais que isso, as cozinhas são ambientes de trocas, de conhecimento, de solidariedade e de soluções.

Mesmo vivendo num país assolado pela dor e pelo luto de quase meio milhão de vidas perdidas para a covid-19, ações concretas de solidariedade como as Cozinhas Comunitárias e o combate à miséria, para além de dados numéricos, multiplicam incontáveis momentos de fé na luta, na vida das pessoas e na certeza de que o poder popular vencerá a invisibilidade perante um governo que despreza seu povo e, assim, que nenhum trabalhador, nenhuma trabalhadora e suas famílias vivam mais sob o punho cruel e real do fantasma da fome. (MTST, 2021)²³



Figura 5: Apoie Cozinha Solidária (MTST, 2021)

²³ <https://mtst.org/noticias/o-dia-mundial-da-seguranca-alimentar-num-pais-assolado-pela-fome/>
(Acesso em: 29.07.2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma discussão sobre o que são os movimentos sociais, como surgiu o MTST no país, e procurou também analisar o avanço da fome na cidade de São Paulo, durante a pandemia do Covid-19, com foco no projeto Cozinha Solidária (idealizado pelo MTST). A discussão está pautada na história dos movimentos sociais, principalmente do MTST, e nos conceitos da fome discutidos por vários pesquisadores e intelectuais, desde as obras pioneiras de Josué de Castro.

Dentre esses aspectos que procurarmos analisar, destacamos o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no final da década de 1990, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como um movimento para organizar os trabalhadores precarizados da cidade. As ocupações do movimento são consideradas lugares de trocas, lutas, solidariedade e militância.

O Brasil tem enfrentado um crescimento no número de famintos, a partir de 2017, agravado com o início da pandemia do Covid-19 em 2020, em que esse número dobrou em relação ao ano anterior, atingindo a marca de 33 milhões de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar no país. Com o governo omissivo em relação a pandemia e ao avanço da fome, as ações dos Movimentos Sociais se fazem extremamente necessárias para minimizar esse problema.

O projeto das Cozinhas Solidárias nasceu dessa necessidade em frear a fome, principalmente nas periferias. As cozinhas distribuem refeições gratuitas de terça à domingo, além de servirem como um local de sociabilidade e trocas dentro das comunidades. As cozinhas sobrevivem de doações voluntárias e das hortas comunitárias que criaram dentro das periferias e nos assentamentos do movimento.

Hoje o MTST conta com 31 cozinhas espalhadas nos 13 estados do Brasil, porém, esse estudo focou especificamente a cidade de São Paulo, a qual tem 5 unidades espalhadas na periferia e uma na região central, onde foi possível observar uma população em maior escala de pretos e pardos, sem empregos formais e em condições sociais mais precárias, por isso mais sensível a sofrer com o avanço da fome e da insegurança alimentar no país.

O desenvolvimento deste estudo aliado a uma extensa pesquisa documental, análise de mapas, dados e discussão teórica, contribuiu significativamente para

compreender as lutas de classes dentro da cidade de São Paulo e a mapear o problema da fome no território, onde os sujeitos são marginalizados pelo sistema, não tem acesso a moradias de qualidade, serviços, empregos ou capital, se tornando alvos frágeis dos problemas causados pela desigualdade, como a fome.

É possível entender a necessidade urgente de mais projetos como o Cozinha Solidária, que não alimenta somente a barriga, alimenta sonhos e esperança de uma sociedade melhor, é necessário que esse projeto se torne uma política pública, a fim de efetivamente conter o avanço da fome no país. Para finalizar, segundo o líder do MTST, Guilherme Boulos resume:

A cozinha solidária é também uma inspiração, um exemplo da sociedade que a gente quer. De que não é cada um por si não. É princípio coletivo. É solidariedade. É gente ser capaz de sentir a fome, mesmo que a gente não esteja com fome, mas que a gente sinta a fome de quem tem e faça algo com isso. Não temos nenhuma ilusão de que a cozinha solidária vai resolver a fome no Brasil. Temos 31 cozinhas e temos 33 milhões de pessoas com fome. Não há solução para a fome sem política pública. O que estamos fazendo é um exemplo e que pode inspirar inclusive políticas públicas. (BOULOS, 2022)²⁴

²⁴ <https://www.brasildefatores.com.br/2022/06/21/na-campanha-a-esquerda-precisa-e-tratar-de-fome-desemprego-e-inflacao-aponta-boulos> (Acesso em: 30.07.2022)

REFERÊNCIAS

- ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. Editora Humanitas, 2005.
- BLANCO, Lis Furlani. **36 Alguns questionamentos sobre governo, um vírus e a fome**. Semana epidemiológica 14 (2020): 339.
- CARTILHA DE PRINCÍPIOS DO MTST (2005).
- CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, p. 239-264, 2014.
- DE CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Casa do Estudante do Brasil, 1952.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, n. 6, p. 24-34, 2012.
- FIORAVANTI, Livia Maschio; ALCÂNTARA, Willian Magalhães de. **A regulação híbrida nos espaços metropolitanos: uma breve discussão sobre o papel e alcance do pluralismo jurídico**. Revista GeoPantanal, v. 11, n. 20, p. 47-64, 2016.
- FREITAS, Carolina. **20 anos do MTST: um Formigueiro contra o neoliberalismo**. Esquerda Online
- FRUTUOSO, Maria Fernanda Petroli, and Cássio Vinícius Afonso Viana. **Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação—uma discussão necessária em tempos de pandemia**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação 25 (2021): e200256.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOWARICK, Lúcio. **Produção do Espaço Urbano e Lutas Sociais**. In: KOWARICK, L. Escritos Urbanos. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 19-41.
- LEÃO, T. F.; ABREU, D. A.; LAZZARINI, J. M. F.; CHAVES, D. E.; SILVA, V. S. **Movimentos Sociais no Brasil, MST e MTST**. II Colóquio do Nugea - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016,7 p.

LEMOS, Mariana. **Conheça as cozinhas solidárias do MTST que distribuem refeições gratuitas por todo o Brasil**. Brasil de Fato, 2022.

MOTTA, Cláudio. **Cozinhas solidárias do MTST combatem a fome nas periferias em meio à pandemia**. Rede Brasil Atual, 2021.

OLIVEIRA, Cida de. **Contra a fome, MTST abre cozinha solidária Herbert de Souza no centro de São Paulo**. Rede Brasil Atual, 2022.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. **Os Movimentos dos Sem-Teto na Grande São Paulo (1995-2009)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2010. 324 p.

OLIVEIRA, Sandro Barbosa de. **Impactos da Covid-19 nas periferias**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade, 2021.

SÁ, Eduardo. **Cozinhas solidárias dos Sem-teto têm contribuído para o combate à fome**. Midia Ninja, 2021.

SANTO ABRÃO, Luciano Rogério do Espírito. **O ESPECTRO DA FOME: se metade da humanidade não dorme, é por medo da outra metade que não come**. Espaço em Revista 11.1 (2009).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. Revista História: Debates e Tendências, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano, v. 20, p. 178-195, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Sobre lutas e lutas: análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST nas regiões de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016)**. 2018.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista brasileira de Ciência política 3 (2010): 133-160.